

Bolsonaro libera estudos sobre programa social

Um dia após vetar proposta defendida pelo ministro Paulo Guedes, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento da União de 2021, diz ter recebido 'sinal verde' do presidente para encontrar uma nova medida

MARCELLO CORRÊA E VICTOR FARIAS
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Um dia depois de suspender as discussões no governo sobre o Renda Brasil, o presidente Jair Bolsonaro deu sinal verde para que o relator do Orçamento da União de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC) avance com a elaboração de um novo programa social, segundo o parlamentar. Bittar não informou, no entanto, de onde pretende tirar os recursos para custear a medida.

A declaração do senador foi dada após um café da manhã com Bolsonaro no Palácio do Planalto. Na véspera, o presidente havia criticado a proposta da equipe econômica de congelar aposentadorias e pensões para bancar os repasses aos mais pobres. Ao longo do dia, auxiliares palacianos e interlocutores do ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizaram que o debate poderia ser retomado no Congresso, o que foi confirmado por Bittar.

— Tomei café da manhã

com o presidente da República e fui solicitar ao presidente se ele me autorizava a colocar dentro do Orçamento a criação de um programa social que possa atender milhões de brasileiros que foram identificados ao longo da pandemia e estavam fora de qualquer programa social. O presidente me autorizou.

CORTE DE GASTO

O parlamentar afirmou que apresentará um texto semana que vem, mas evitou dar detalhes sobre como financiará o benefício. Ele também é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, que trata de medidas de ajuste fiscal e poderia ser usada para abrir o espaço no orçamento necessário para colocar o programa de pé.

— Não adianta agora a gente especular da onde que vai cortar, mas estou autorizado pelo presidente, ele me deu sinal verde e a partir de agora vou conversar com os líderes do governo no Senado e na Câmara, conversar com a equipe econômica,



Sinal verde. Senador Marcio Bittar vai estudar uma forma de incluir no Orçamento de 2021 um novo programa social

mas na semana que vem a ideia é apresentar um relatório que tenha as PECs e também a criação desse programa — afirmou o senador, que também esteve com Guedes ontem à tarde.

Técnicos do Congresso e da equipe econômica também evitaram discutir as

propostas. A possibilidade de financiar o benefício com a criação de um imposto nos moldes da CPMF, que circula entre parlamentares, é vista com reservas pelo Ministério da Economia, porque a nova fonte de receita não resolveria o problema do teto de gastos.

A regra fiscal proíbe que despesas cresçam mais que a inflação. O Orçamento para 2021 já está no limite dessa trava. Por isso, para criar um novo programa social sem desprestigiar ou alterar essa regra é necessário reduzir outras despesas.

Uma alternativa seria alte-

rar a Constituição para que as despesas com o novo programa não fiquem sujeitas ao teto. Mas técnicos veem nessa possibilidade um precedente perigoso, que acabaria desidratando o mecanismo ao longo dos anos.

Até agora, Bolsonaro rejeitou as sugestões que a equipe econômica ofereceu para cortar gastos e criar o Renda Brasil sem alterar o teto.

Embora não tenha revelado o que pretende propor, Bittar é defensor de medidas semelhantes às vetadas por Bolsonaro. Em entrevista ao GLOBO na semana passada, Bittar defendeu o congelamento do reajuste do salário mínimo por dois anos.

Perguntado sobre como a proposta poderia avançar após a fala do presidente na véspera, o senador disse que divergências fazem parte do processo democrático:

— A política é assim, não é só o que eu quero, não é só o que quer o outro senador, é isso. Regime que tem uma palavra só não é democracia, então é isso, a política é isso — afirmou o senador.

Saída de mais um auxiliar de Guedes é dada como certa

Waldery Rodrigues pode deixar equipe após desagradar a Bolsonaro

GERALDA DOCA
E MARCELLO CORRÊA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A saída do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, da equipe econômica era dada como certa até a noite de ontem, depois de o auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, ter desagradado publicamente ao presidente Jair Bolsonaro.

O problema começou depois que o auxiliar de Guedes defendeu, numa entrevista ao portal de notícias G1, no domingo, o congelamento de aposentadorias e pensões para financiar o Renda Brasil, programa que deveria substituir o Bolsa Família.

Segundo fontes, a equipe econômica tenta construir uma saída honrosa para Waldery, como um cargo em or-

ganismo internacional.

Guedes não costuma demitir seus auxiliares. Mas a avaliação interna é que o ministro não insistiria na permanência do secretário, em caso de pedido de demissão.

Ontem à noite, o ministro convocou, de última hora, uma reunião com todos os secretários. Até o fechamento desta edição, o encontro ainda não havia terminado.

No domingo, Waldery defendeu a desindexação por dois anos de benefícios previdenciários: ou seja, os valores não seriam reajustados nem pela inflação.

Com a economia, seria possível destinar mais recursos do Orçamento do ano que vem para o novo programa social, desenhado para substituir ao mesmo tempo o Bolsa Família e o auxílio emergencial.

'CARTÃO VERMELHO'

A declaração repercutiu mal dentro do governo. Na terça-feira, Bolsonaro gravou um vídeo desautorizando a equipe econômica a seguir com o plano, disse que o autor da ideia merecia um

“cartão vermelho” e suspendeu as discussões sobre o Renda Brasil.

Waldery faz parte da equipe econômica desde o início do governo. O cargo que hoje ocupa é semelhante ao de ministro da Fazenda, antes da criação do superministério da Economia.

O secretário é considerado um bom formulador, mas centralizador e pouco efetivo, tendo feito inimizades dentro do próprio Ministério da Economia até de parte de servidores considerados de perfil liberal.

Ele também passou a colecionar inimigos na ala política do governo, que defende aumento de gastos, e até mesmo no Congresso.

Waldery está com um projeto de lei parado na gaveta há pelo menos duas semanas, e isso estaria gerando problemas com a base do governo no Congresso. A proposta libera R\$ 6,3 bilhões para serem repartidos entre os ministérios do Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura. Desse total, R\$ 3,3 bilhões seriam destinados a parlamentares, sendo o restante dividido entre as pastas.

A demora pode gerar paralisações de obras, algo que Bolsonaro quer evitar, sobretudo no Nordeste. O atraso na liberação dos recursos pode suspender a operação de carro-pipa em municípios nordestinos.

Depois de nove cortes, Banco Central mantém juro em 2%

Copom diz que, se inflação seguir dentro da meta, taxa permanecerá baixa

GABRIEL SHINOHARA,
IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
E GUSTAVO MAIA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem manter a taxa básica de juros do país em 2% ao ano, patamar no qual deve permanecer por algum tempo, se a inflação continuar dentro das metas fixadas.

No comunicado da decisão, os diretores do BC disseram esperar uma alta da inflação no curto prazo, reflexo do avanço temporário dos preços dos alimentos. Nas últimas semanas, o governo adotou algumas medidas para evitar uma escalada nos preços de produtos como arroz, feijão e carne.

Ontem pela manhã, na saída do Palácio da Alvorada, o presidente voltou a falar da inflação dos alimentos. Quando um dos apoiadores



Avanço temporário. Alta dos alimentos não deve se sustentar no longo prazo

disse ser da “capital do ovo”, o município de Bastos (SP), Jair Bolsonaro reagiu:

— Aumentou o preço do ovo também, né? — questionou o presidente, sorrindo. — Mas, pô, é lei da oferta e da procura. É igual o arroz, a partir do final de dezembro começa uma colheita grande de arroz, daí normaliza o preço. Eu não posso é começar a interferir no mercado. Se interferir, o material some da prateleira,

daí fica pior — acrescentou. Além dos alimentos, o BC acredita que a normalização parcial dos preços de alguns serviços, reflexo da recuperação da economia, também favorece a alta pontual dos índices de inflação.

A decisão de manter a taxa básica de juros em 2% ao ano interrompe uma sequência de nove cortes seguidos, iniciada em julho do ano passado. O movimento já havia sido sinalizado em

agosto, quando o Copom disse que o espaço para quedas adicionais da Selic, se houvesse, seria pequeno.

Apesar de entender que o país precisa de um estímulo “extraordinariamente elevado”, como juros bem baixos, o BC decidiu não cortar mais uma vez a Selic porque nova redução poderia trazer efeitos negativos para a estabilidade financeira.

Para os diretores do BC, a taxa básica só voltará a subir se houver mudanças na política de ajuste das contas públicas ou se as expectativas de inflação de longo prazo mudarem drasticamente.

A decisão do Copom era esperada pelo mercado. Para Carlos Kawall, diretor do Asa Investments, embora a inflação mais elevada no curto prazo seja ruim por afetar o nível de consumo das famílias, ela é pontual.

— Temos uma inflação de serviços em 12 meses abaixo de 1%, que deve se manter nesse patamar até o fim do ano, o que é bem baixo.

Para Silvio Campos Neto, da consultoria Tendências, o quadro fiscal segue como a principal preocupação:

— Há uma dúvida relativa ao futuro, se o governo conseguirá reduzir o déficit.

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA MARINHA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo: Tomada de Preços nº 07/2020; Objeto: **Obras e Serviços de Construção Civil e Reforma na Portaria dos Almirantes do EAGM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos; Sessão de Habilitação dia 22/09/2020 às 13:00 hs.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2020
RICARDO BERNARDES DA CUNHA
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO
Concorrência nº 01/2020

OBJETO
O objeto da presente licitação na modalidade concorrência, do tipo Técnica e Preço, é a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação corporativa, para atender o Ministério do Desenvolvimento Regional/MDR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

EDITAL: Disponível na Internet nos endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br ou http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

ABERTURA: 03/11/2020, às 10h (dez horas), Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 906, módulo F, Bloco A, Edifício Celso Furtado, Asa Norte, Brasília/DF.

Brasília, 16 de setembro de 2020
Paulo Augusto Souza Bandeira
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SAI DESSE SITE QUE NÃO TE PERTENCE.

Oferta velha não resolve nada. Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.

Anuncie
classificadosorio.com.br
21 2534-4333

CLASSIFICADOS DO RIO
O GLOBO EXTRA